



revista civilização brasileira

O DEIXE DE LER:

DISCOURSO E INSTITUÍDO NO BRASIL Floriano Fernandes
O CRIME J.-P. Sartre
O CASO PRADO E A TEORIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA
A SITUAÇÃO DA PETROBRAS LAS UNIVERSIDADES
A ESCALADA CULTURAL
A VIDA DE ADRIANO
LIMA DE ADRIANO
A MULHER DE ADRIANO
ANTÔNIO CARLOS
JORDÃO
A FESTA DE ANIVERSÁRIO
DE ADRIANO
O SISTEMA DE ESTADOS UNIDOS

PAZ E TERRA

uma nova editôra a serviço do encontro e do diálogo entre os que buscam a dignificação da vida através do ecumenismo e do humanismo.

LANÇAMENTOS INICIAIS

- 1 — DO ANÁTEMA AO DIÁLOGO — de Roger Garaudy.
Um dos mais lúcidos ensaios do autorizado filósofo marxista, propondo um diálogo entre as correntes de pensamento que interpretam de modo diferente a História, mas se projetam com igual intensidade no esforço de fazê-la mais humana e mais justa.
- 2 — A IGREJA, O FASCISMO E A GUERRA — de Primo Mazzolari. Um livro para ser lido pelos que não estão "doentes de nominalismo e de conservadorismo"; o trabalho de um sacerdote que procura não confundir a Igreja com os elementos mais reacionários de todos os tempos.
- 3 — A FILOSOFIA EM QUESTÃO — de Pierre Foureyrolles. As novas encruzilhadas do pensamento contemporâneo expostas, com audácia, nesta obra que se pergunta pela função da filosofia e da arte no mundo cada vez mais dominado pela técnica e pela ciência.
- 4 — CRISTO E CULTURA — de Richard Niebuhr. Uma análise precisa e insubstituível da relação entre a fé e a cultura, o cristianismo e os grandes conflitos que marcam a nossa época.
- 5 — MARXISMO, EXISTENCIALISMO E PERSONALISMO — de Jean Lacroix. Uma crítica profunda e honesta, sob o ponto de vista católico, das três mais atuantes correntes do pensamento moderno, feita sem os preconceitos e as intolerâncias dos que temem pensar novos caminhos para o homem.

Leia, também, os dois primeiros números de PAZ E TERRA, uma revista dedicada ao encontro e ao diálogo.

Distribuição exclusiva, em todo o Brasil.
EDITÓRIA
RUA 7 DE JANEIRO, 138
RIO DE JANEIRO, G.D.

ROTEIRO

RCB

O TRONO DE MACBETH

- 3 — CRESCIMENTO ECONÔMICO E INSTABILIDADE POLÍTICA NO BRASIL
Florestan Fernandes 11
- 4 — O CRIME
J.-P. Sartre 38
- 5 — A SITUAÇÃO DA PETROBRÁS 81
- 6 — S UNIVERSIDADES E OS GOLPES NA AMÉRICA LATINA 94
- 7 — ESCALADA CULTURAL NO BRASIL DE HOJE 102
- 8 — MATERIALISMO DIALÉTICO E HISTÓRIA DA LITERATURA
Lucien Goldmann 108
- 9 — UMA DECADÊNCIA AMERICANA
Otto Maria Canpeaux 126
- 10 — JAMES, UM PROFETA SOFISTICADO
José Jônio Callado 133
- 11 — DOIS POEMAS
Ocívio Mora 138



SISTEMA IRRACIONAL

Paul A. Baran e Paul M. Sweezy 142

ENTREVISTA DE ANTÔNIO DIAS E RUBENS GERCHMAN A FERRI
GUILAR 170

TEATRO CARIACA EM 1966 OU UM ELEFANTE QUE RESISTE AO CAOS
Yan Michalski 181

CINEMA NÔVO E SEU PÚBLICO

Gustavo Dahl 192

TRÊS POEMAS

Antônio Brasileiro 203

HISTÓRIA NOVA: DENÚNCIA DO PROCURADOR-GERAL 208

NOTAS DE LEITURA 213

O Trono de Macbeth

REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
Lançamento Bimestral da
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.

Rua 7 de Setembro, 97
Rio de Janeiro, Gb.

ANO 1 — N.º 11 e 12 Dez 1966/Março 1967

Diretor Responsável
Secretário

— MOACYR FELIX
— DIAS GOMES

*"Fear not, till the Birnam Wood
do come to Dunsinane!"*

EM três anos menos desse dia, dois Marechais alcançaram a Presidência da República sem submeter ao democrático julgamento da opinião pública sua auto-declarada capacidade de governar a Nação brasileira e de interpretar suas aspirações.

Com a pretensão de impor-se à História como defensor da "civilização ocidental, cristã e democrática", o primeiro desses marechais cometeu flagrantes injustiças e manteve, em clima assustador, as liberdades públicas, enfim, em suas mãos maior soma de poderes do que qualquer outro chefe de Estado em toda a nossa vida republicana.

Depois de seu governo estreitamente autoritário, lega ao segundo dos Marechais uma Nação estagnada, trópega, humilhada,

Os fatos de abril de 1964 — pelas tremendas consequências que acarretaram para o nosso povo — estão a determinar que esse balanço crítico seja feito com extremo rigor. Isto porque, somente assim, será possível o reengajamento de milhares de homens de vanguarda numa atividade política séria, varrendo as dúvidas e o pessimismo que emergiram com extrema violência após a derrubada do governo Goulart. Essa crítica é também imprescindível para que o desespereiro não acabe predominando em muitos setores, determinando condutas políticas inteiramente estranhas ao marxismo. Essa atração pela ação desesperada torna-se agora o pior risco em que as correntes progressistas podem incorrer, levadas pelas dificuldades objetivas da luta (restrições impostas pelo regime autoritário; quadro de difícil mobilização, organização e ação do povo; apatia de muitos círculos e em grandes camadas da população; conjuntura internacional marcada pelo agravamento da luta no Vietname e pela maior agressividade do imperialismo, etc.). Conduzindo o debate da situação presente para problemas de caráter teórico, o livro de CPJ traz, implicitamente, a advertência contra o desespereiro, pois chama à reflexão para o que de real ocorre em nossa Pátria. Em outras palavras, no bôjo do livro está um apelo ao estudo de nossa realidade.

Ademais, CPJ enfatizou a necessidade de se lastrear melhor a atividade dos homens de vanguarda, no Brasil, com uma teoria bem fundamentada. Profilando com energia os "esquemas apriorísticos" que com tanta influência negativa marcam muitas posições das nossas correntes progressistas, *A Revolução Brasileira* teve como meta aprofundar o debate de algumas das teses teóricas sobre a nossa situação. Embora aceitemos a necessidade de se proceder a um reexame de muitas dessas teses, julgamos ser um êrro impiedoso a negativa *total* de tudo o que várias gerações foram formulando, durante quase meio século. A implacável crítica a falhas e equívocos não nos pode conduzir ao repúdio liminar de tudo o que se fêz e elaborou. Um exame objetivo do quadro nacional apontaria, como assimilaremos em seguida, a validade de muitas teses básicas dessa teoria revolucionária que, afinal, tem norteado a atividade de milhares de revolucionários. Aceitamos, entretanto, a colocação de crj quando aponta as deficiências e os vícios dos marxistas brasileiros, no que diz respeito ao medíocre trabalho em torno da construção fundamentada da teoria da Revolução Brasileira. Concordamos, por exemplo, em que uma série de questões não foram devidamente esclarecidas e resolvidas, tais como as que se relacionam com a questão agrária e com a problemática econômica da Revolução.

Caio Prado e a Teoria da Revolução Brasileira

Assis Tavares

EM NOSSA LITERATURA política um livro lançado recentemente vem tendo larga repercussão. Trata-se da obra de Caio Prado Júnior *A Revolução Brasileira*.¹ A importância do trabalho do historiador paulista decorre do fato de ter vindo à luz no momento em que se processa, entre os círculos mais responsáveis das lideranças progressistas do País, um reexame crítico dos fatores que conduziram ao desastre de abril de 1964. Não obstante nossa discordância com a maioria das principais teses do autor, julgamos que o livro é útil aos que se empenham nessa revisão crítica. Seu exemplo merece ser imitado por outros intelectuais que podem oferecer uma contribuição de alto nível aos que buscam fazer avançar o processo das transformações revolucionárias na sociedade brasileira.

¹ *A Revolução Brasileira*, Caio Prado Júnior, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1966.

O exame rigoroso do livro do consagrado escritor paulista faz repontar várias colocações teóricas que, a rigor, não podem ser consideradas como marxistas. A forma pela qual apresenta o papel da teoria no julgamento do processo revolucionário concreto, de um lado, e a forma como menospreza, paradoxalmente, o conhecimento teórico da fase em que se encontra o processo revolucionário, é mecanicista. Não é objeto, porém, do presente artigo, realizar uma apreciação dos aspectos teóricos do livro de CPJ. De forma deliberaada restrinjimos essa crítica a questões menos abstratas e de interesse mais imediato para os que participam da luta política que se travava em nossa Pátria.

Encarando a *Revolução Brasileira* como uma contribuição séria à melhor elaboração da teoria revolucionária, uma falha essencial resalta no livro. Decorre ela da posição metodológica adotada pelo autor, ao se decidir a não proceder a uma crítica do processo revolucionário brasileiro, isto é, do complexo de fenômenos políticos que compõem um quadro assaz contraditório e multifacetado das lutas de nosso povo, dos atos e fatos de uma luta que se dá em vários planos — no reivindicatório, no político, no campo das ideias, etc. O plano do livro — esse o êxito básico a quem se propôs a examinar a Revolução Brasileira — limitou-se ao estudo de algumas teses dos marxistas sobre o processo revolucionário. O método seguido parece a nós inteiramente equivocado, pois não se pode confundir o exame do processo revolucionário com o exame das idéias que os comunistas possam ter sobre ele. Não temos, portanto, uma verdadeira crítica marxista do processo revolucionário, desde que não se pode aceitar como marxista uma análise que não parta do quadro histórico-concreto dentro do qual se desenvola esse processo. É certo que, em alguns pontos, CPJ desce até essa análise, mas como um dado acidental, secundário. E ficam evidentes omissões fundamentais c

O exame abstrato dos problemas de nossa Revolução conduziu o autor a julgamentos políticos assaz duvidosos. Vejamos duas apreciações de CPJ sobre a conduta dos comunistas e das correntes de esquerda diante dos governos Kubitschek e Goulart. Condenando o apoio dado pelas correntes progressistas a Kubitschek, CPJ afirma que que JK realizou uma política de largas concessões ao capital estran-

geiro.² Ora, aí está um exemplo típico de análise abstrata de uma situação política bastante específica. Inicialmente, deve-se dizer que nem numa pessoa pode discordar da crítica de CPJ a respeito dos erros clamorosos da política econômico-financeira, realizada pelo político mineiro. Esse aspecto, entretanto, embora relevante, não é o único a ser considerado. O apoio das correntes progressistas a JK, em 1955, nas eleições e, condicionalmente, no curso do seu governo, ainda hoje justifica-se plenamente. Naquelas condições concretas, JK tornou-se o fator de unidade das correntes democráticas contra o grupo entreguista que havia ido ao Poder com o golpe de Estado de 24 de agosto de 1954. Esse grupo entreguista — de Lacerda, Carlos Luz, Café Filho, Juarez Távora, Júlio de Mesquita, etc. — contava com a cobertura total do "State Department" e com o respaldo do grupo militar de Cordeiro de Farias, Mamede, Grun Moss, etc., núcleo que se aglutinou na chamada "Sorbonne". Do ponto de vista político representava o grosso da UDN e os setores mais retrógrados do PSD (Peracchi Barcelos e Eitelvino Lins). Não por acaso, o grupo que articulou o 24 de agosto é tido como o precursor do golpe de abril de 1964. Assim, as correntes progressistas estavam face ao dilema: permitir a vitória, nas eleições, desse furioso núcleo entreguista, com a candidatura Távora, ou aliar-se a setores do centro, cuja bandeira era a manutenção da legalidade democrática. Relembre-se também que, a candidatura Kubitschek sofría o mais violento voto do setor militar desse grupo. Enquanto isso, certas parcelas do movimento nacionalista já formavam ao lado do PSD (Goulart era candidato a vice-presidente), erguendo bem alta a impressionante denúncia, de caráter antiimperialista, da carta-testamento de Vargas. Se o dilema não era esse, qual era então? Eis uma coisa que gostaríamos que CPJ respondesse. Seria justo que as correntes progressistas se isolassem, inteiramente, da "política impura"? Ora, esse foi o exato comportamento dos comunistas em 50 (quando pregaram o voto em branco) e dos socialistas (que lançaram a candidatura própria) diante da eleição de Vargas, que logo, a seguir enfrentou difícil luta contra o imperialismo (para constituir a Petrobras e a Eletrobrás, etc.), recebendo o fogo cruzado dos comunistas, de um lado, e de outro, de Lacerda e da UDN. Esse êrro dos comunistas muito contribuiu para o retrocesso da luta antiimperialista, verificado quando do golpe de agosto de 1954.

Pela forma como o autor de *A Revolução Brasileira* situa suas opiniões políticas, tem-se a impressão de que condena a política de frente única nacionalista e democrática que presidiu a orientação dos

² Ver afirmações das págs. 26-27 da obra citada.

comunistas e das demais fórcas progressistas no quadro de 55 a 64. Pode-se inferir que CPJ postula, para as correntes progressistas, um total isolamento da "política impura". No entanto, a experiência de nosso povo indica que ele não pode ficar alheio a essa "política impura", pois para sua vida e para sua luta possui imenso valor o tipo de fórcas políticas que se encontram à testa do País. Para o povo, afastar do Poder uma coligação ditatorial e entreguista (nos moldes do grupo de 24 de agosto ou da camarilha de Castelo Branco) é sumamente importante. Por isso, quando surge uma possibilidade de o povo influir para tanto, ele não vacila.³ Só uma pessoa colocada no terreno abstrato, ou desconhecendo totalmente nossas coisas, não percebe a distinção que existe entre fórcas representadas por um JK e o grupo da "Sorbone". A diferença é feita pelo bom senso e pela apreciação objetiva dos fenômenos políticos. Não certamente por acazo, JK teve seus direitos políticos cassados pelos atuais detentores do Poder. Assim, ou o governo JK não foi aquêle governo monoliticamente entreguista (como grifou unilateralmente CRJ), ou os atuais governantes do País se insurgem contra os mais fiéis instrumentos da política imperialista na vida brasileira, desde que não se pode assinalar nenhuma fundamental alteração na conduta de JK nos últimos anos.

Não é difícil concluir que uma apreciação do governo Kubitschek não pode ser encarada tão-somente do ponto de vista das grandes concessões feitas ao capital estrangeiro. Até mesmo sua linha geral na política econômico-financeira não era *totalmente* entreguista, bastando lembrar o que sucedeu com o Plano de Estabilização Monetária, de Lucas Lopes. De outro lado, é necessário não esquecer o fato de que, no julgamento histórico do governo Kubitschek, questão relevante refere-se ao clima democrático que prevaleceu no quinquênio. Não uma plena democracia, mas um *avanco democrático*, que auxiliou o processo de acumulação de fórcas das correntes progressistas. Notadamente, foi um período em que a classe operária pôde avançar no terreno de sua organização. Não é exatamente isso o importante para se conseguir que a hegemonia do processo revolucionário seja conquistada pela classe operária?

Para deixar mais patente a falsidade da apreciação subjetiva de uma situação histórico-concreta, examinemos a questão da frente

³ Quando a classe operária e as grandes massas rurais estiverem firmemente unidas e organizadas, assim como as camadas médias urbanas, tais problemas não terão a menor importância, pois ai uma "musa mais alta se alegrava". O diabo é que ainda estamos longe disso e para se chegar até esse ponto é necessário correr por caminhos tortuosos e bem diferentes dos nossos desejos.

única antifascista que se levantou no mundo, a partir de 1934, para derrotar a Alemanha nazista e seus aliados. Em muitos países, as fórcas revolucionárias buscaram com decisão o apoio americano para vencer o fascismo. Foi assim na China, no Vietname, na Itália, na França, etc. Não há dúvida de que os americanos também se fortaleceram, ao ponto de se tornarem a principal potência do mundo. Teria sido, portanto, equivocado, o apoio das correntes de esquerda ao imperialismo ianque (assim como ao francês e ao inglês)? A História demonstra que não. Os resultados da segunda guerra mundial estão aí: socialismo vitorioso em vários outros países, fortalecimento da URSS e a abertura do caminho para a vitória na China. Cabe, perfeitamente, formular a seguinte questão: se não houvesse sido formada aquela ampla frente antifascista (que abrangia até setores do imperialismo) o fascismo não teria vencido, ou, pelo menos, criado dificilíssima situação para a União Soviética e as fórcas revolucionárias mundiais? No Brasil, também, houve apoio aos norte-americanos, sendo Roosevelt transformado em bandeira da causa democrática. Os americanos aproveitaram a oportunidade para se firmarem em nosso País. Tal aspecto negativo não suplanta, no entanto, as grandes vantagens da derrota alcançada sobre o fascismo em escala mundial e a democratização do País em 1945. Ao citarmos esse exemplo, não queremos fazer um paralelo grosseiro entre a situação mundial de 41-45 e o governo Kubitschek. Tão-somente desejamos remarcar que nenhuma situação política pode ser enfocada unilateral e abstratamente.

Outro exemplo de julgamento político equivocado, no livro, é a análise do governo Goulart. "Demagogos instalados no Poder", "malfadado período", etc.: são essas as expressões a respeito do governo Goulart. É interessante que esses conceitos parecem ter saído de editoriais de *O Estado de São Paulo* ou de *O Globo*. Mas o homem do povo, que hoje vive o clima opressivo da ditadura, sabe enxergar bem a falsidade da crítica abstrata e idealista de CRJ sobre o governo Goulart. Vê perfeitamente que antes de 1º de abril os sindicatos dispunham de certa liberdade, que se iniciava o processo de sindicalização dos assalariados agrícolas, que grandes camadas do povo podiam vir à praça pública para exigir medidas nacionalistas, que o Brasil mantinha relações diplomáticas com Cuba e desaprovava a política intervencionista ianque. Raciocina assim, não obstante houvesse coisas tremendamente erradas, insatisfatórias e mal encaminhadas no governo Goulart. Compreende também o homem do povo que, por existir esse clima e porque se avançava com relativa rapidez é que foi dado o golpe de 1º de abril. Esta, a conclusão do exame histórico:

concreto de um governo e de um período extremamente importante na vida brasileira.

Pelo fato de ter ficado no terreno do geral e do abstrato, deixando de fazer uma análise do ponto de vista do materialismo dialético e histórico, CPJ quase nada acrescentou aos estudos sobre as causas que têm levado as correntes progressistas, no Brasil, a cometer erros graves, de que é maior exemplo a derrota de abril de 1964. Não encarando a universalidade dos fenômenos econômicos, sociais e políticos, CPJ só enfocou aspectos parciais, que não permitem uma conclusão aproximadamente certa sobre as causas mais profundas das falhas essenciais no comportamento político das correntes progressistas no Brasil. Ao se ler o livro, a impressão que resta é a de que seu autor deliberadamente decidiu desconhecer o que houve, assim como desconhece a situação presente, que exige uma posição política qualitativamente diversa. E aquêle que busca na obra indicações de como lutar para livrar o Brasil das garras do grupo ditatorial ficará frustrado, pois disso não cogita o autor. Como se pode pensar em fazer avançar o processo revolucionário brasileiro, se não são formuladas indicações concretas de como se suplantar o tremendo obstáculo que a é *agora* se antepõe?

A NATUREZA DA REVOLUÇÃO

Concordando inteiramente com o escritor paulista de que não é possível alicagar esquemas teóricos em afirmações apriorísticas ou em fórmulas importadas mecanicamente de outros países, não encamparamos a tese de CPJ de que a definição da natureza da etapa revolucionária é uma "especulação abstrata".

Acompanhamos seu raciocínio, as suas dúvidas a respeito das definições sobre a natureza da Revolução (se socialista, se democrático-burguesa, ou outra qualquer). Diz CPJ: "Indagação como essa situa desde logo mal a questão e de maneira insolível na prática, pois a resposta sómente se poderá inspirar — uma vez que lhe falta outra premissa mais objetiva e concreta — em convicções predefinidas de ordem puramente doutrinária e apriorística. Isso porque poderá extrair em matéria de norma política e de ação efetivamente praticável. A qualificação a ser dada a uma revolução sómente é possível depois de determinados os fatos que a constituem, isto é,

depois de fixadas as reformas e transformações cabíveis e que se verificam no curso da mesma revolução."⁴

Dêsse trecho, que bem resume a opinião do autor, poderemos extrair as seguintes conclusões não marxistas:

1. A afirmação incisiva de que a definição da natureza do processo revolucionário não pode ser fixada a não ser por "convicções predeterminadas de ordem puramente doutrinária e apriorística" conduz a uma evidente negativa da possibilidade de se ter uma teoria política científica, porque baseada nos dados reais oferecidos pela realidade histórico-concreta e pela *praxis* revolucionária. Se o autor fosse consultar Lênin, veria que o grande teórico preocupou-se em definir, claramente, a natureza da Revolução Russa, antes como *democrático-burguesa*, e, depois de fevereiro de 1917, como *socialista*. A dúvida a respeito da possibilidade de se definir a natureza da Revolução nunca assaltou Lênin, assim como os teóricos de outras revoluções, Mao Tse-tung, por exemplo.

2. CPJ não vê a íntima relação entre a definição teórica da natureza da etapa revolucionária e as indicações de caráter político-prático. Por exemplo, se se conclui que o Brasil atravessa uma fase de revolução *socialista*, daí derivam várias postulações consequentes, relacionadas com o sistema de alianças, as tarefas políticas, a fática, etc. Não pode ser de outra forma. O mais interessante é que CPJ tenta comprovar essa sua afirmação com o exemplo da Revolução Cubana, quando esse permite à prova em contrário. Por que os revolucionários cubanos, até o ano de 1960, não levantaram tarefas de caráter socialista? Por que se concentravam nas reivindicações *democráticas* (luta contra a ditadura de Batista), nas de caráter *agrário* *não-socialista* (divisão de latifúndios) e principalmente nas *antiimperialistas* (luta contra a dominação norte-americana)? Evidentemente, porque tôda a sua política derivava da definição teórica — que a prática comprovou ser acertada — de que a etapa da revolução era *democrática, agrária e antiimperialista*. Apesar dos apelos para avançarem o sinal (o "ultra-esquerdisto" não é só um fenômeno brasileiro), a definição correta das linhas mestras do processo revolucionário lhes deu clareza na ação. Quando as tarefas essenciais dessa etapa foram realizadas (é face à agressão janque) a revolução cubana passou para uma etapa superior, socialista. Daí em diante outras tarefas e outros objetivos foram cumpridos.

3. Estranhamente, CPJ parece que só concede ao historiador a possibilidade de definir a natureza de uma etapa revolucionária,

⁴ Ob. cit., pág. 8.

negando tal coisa ao político. Isto fica revelado quando proclama que “a qualificação a ser dada a uma revolução sómente é possível depois de determinados os fatos que a constituem”. Ora, o político necessita muito mais dessa definição do que o historiador; e essas definições, quando corretamente formuladas, são um poderoso instrumento para a ação revolucionária.

Por tudo isto, acreditamos que a justa ojeriza de CPJ aos esquemas apriorísticos e dogmáticos não pode conduzir os revolucionários brasileiros a adotarem a tese, não-marxista, da abdicação da busca de um justo conceito sobre a natureza da nossa etapa revolucionária.

FEUDALISMO NO BRASIL?

Uma das questões trazidas à baila por CPJ diz respeito ao debate sobre a justeza da tradicional caracterização sóbre a existência de “ressortes feudais” na vida brasileira. Reviveu, assim, uma velha discussão, travada especialmente no nível dos especialistas em história, em torno da forma apropriada de se conceituar uma importante fase de nosso processo de formação. Segundo a conhecida opinião de Simonsen, CPJ jamais concordou que tivesse havido uma fase feudal no Brasil, daí derivando a conclusão política de ser um contra-senso apresentar a etapa atual da Revolução Brasileira como antiimperialista e antifeudal. A êsse propósito, cumpre observar, em primeiro lugar, que internacionalmente travam os marxistas uma intensa polêmica sobre a mesma questão. Surgiram com força, em vários países, notadamente na Inglaterra, opiniões abalizadas que puseram em dúvida a forma esquemática de apresentar o processo de evolução da sociedade humana pelos esquemas marxistas divulgados na época do stalinismo. Tais esquemas muito deformaram e limitaram as opiniões de Marx, que se caracterizavam pela preocupação em abordar os fenômenos em toda a sua complexidade.⁵

Discute-se, amplamente, sobre se é justo conceituar como feudalismo situações tão disparem como a prevalecente na Rússia tsarista do século XVIII e a sociedade japonesa do século passado. O mérito dos que impugnam tamanha elasticidade de um conceito reside em

⁵ Consulte-se, para tanto, o prólogo de Eric Hobsbawm à coleção de trechos de Marx, intitulada: *Formaciones Económicas Precapitalistas* — onde é divulgado o manuscrito de Marx, publicado pela primeira vez em 1939, em Moscou, com o título *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*. Ed. Plataina, Buenos Aires, 1966, trad. Ariel Bignami.

que, resistindo aos esquemas simplificadores, apontam particularidades notáveis na formação dêste ou daquele país.

Não é possível, porém, aceitar a caracterização que CPJ faz dessa etapa histórica, ou seja, de que após o escravismo ingressou o Brasil numa etapa capitalista. Diz êle: “O fato é que, com a substituição definitiva e integral do trabalho escravo pelo livre, achariam-se presentes no Brasil o conjunto dos elementos estruturais componentes do capitalismo”⁶.

Ao apresentar o Brasil como um país capitalista desde a abolição da escravatura, CPJ afasta-se completamente das teses marxistas sobre o capitalismo. Aliás, seu equívoco tem como origem outro êrro de seu livro clássico sóbre a nossa história, onde se lê: “A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização”⁷. Isto é, CPJ tenta conhecer o caráter e a natureza de uma economia na análise de sua estrutura comercial e não no elemento determinante que é, para os marxistas, o modo de produção dos bens materiais, particularmente a forma predominante de propriedade.

Examinando a vida brasileira após a abolição da escravatura, vemos que no setor fundamental da produção — localizado na agricultura, onde prepondera a grande lavoura — o sistema de propriedade e suas formas de exploração passam por um período de evolução, que se caracteriza pela coexistência de relações capitalistas e pré-capitalistas de produção. Esse conceito — que é de Alberto Passos Guimarães — deriva da análise marxista dos tipos de renda da terra aqui encontrados. Ou seja, de rendas de tipo pré-capitalista e capitalista.

Segundo Alberto Passos Guimarães, quando a escravidão foi abolida não havia, por muitos motivos, condições objetivas para a substituição da economia apoiada no braço escravo por formas de exploração capitalistas. Também condições não existiam para proporcionar a solução mais indicada para o problema da terra, que seria a instalação da pequena exploração camponesa. A experiência da meação e do colonato, sistematizada no contrato de parceria famoso do senador Vergueiro, foi a fórmula ideal para a transição de uma economia que tinha contra si a força do monopólio da terra. Dissimulando sob a capa de trabalho livre os traços mais vivos da servidão, o sistema de parceria, contudo, adquiria fôros de um contrato bilateral, feito

⁶ *A Revolução Brasileira*, pág. 148.

⁷ *Formação do Brasil Contemporâneo* — CPJ. Ed. Brasiliense, São Paulo, 2.ª edição, pág. 226.

em igualdade de condições entre o senhor da terra e o seu cultivador. Mas o que representa o contrato de parceria? Históricamente, o sistema de parceria é uma transição entre o tipo feudal de arrendamento e o arrendamento capitalista. Todos, ou quase todos os sistemas de parceria praticados nas propriedades rurais brasileiras, não se enquadram rigorosamente no tipo clássico de arrendamento capitalista, descreto por Marx, no *O Capital*. Isto porque falta-lhes a condição fundamental, do lado do parceiro, para caracterizar o arrendamento capitalista. Ou seja, não tem o parceiro a propriedade dos instrumentos de produção, que faz dele um associado da parceria. A ausência dessa condição é quanto basta para afastar o sistema de contratos da meia ou têrça, no Brasil, do tipo de parceria como forma de transição para a economia capitalista.

As sobrevivências pré-capitalistas, ainda tão disseminadas por nossa economia agrária, sofreram, em alguns casos e em certas regiões, principalmente na cultura do café e da cana-de-açúcar em São Paulo, transformações importantes. A meação evoluiu para um sistema de locação de serviços ou de salário por tarefas, sem perder, como regra geral, tôdas as suas características de trabalho servil, desde que o "sistema econômico engendra aqui o constrangimento não econômico da servidão, a dependência jurídica, a desigualdade de direitos, etc." (Lênin). No entanto, é certo que o processo espontâneo que se dá em nossa economia visa a implantar o domínio das relações de produção de tipo capitalista na agropecuária.

A crítica de CPJ tem, apesar de todos os seus erros, certa utilidade porque estimula o debate em torno de um assunto sobre o qual existem tantas imprecisões e lacunas. Além disso, algumas observações de CPJ possuem validade. Por exemplo, tem havido evidente menoscábio pelo papel que já desempenham os assalariados agrícolas na vida brasileira, papel muito mais destacado do que o da grande massa de lavradores não assalariados. Isto se deve ao fato de que aquêles estão concentrados, moram perto das cidades e situam-se em nível social e cultural superior ao da média dos lavradores? Ou existem também outros fatos objetivos a serem considerados?

A verdade é que se notava, durante o governo Goulart, uma limitação da luta dos lavradores pela posse da terra ou por melhores condições de arrendamento. Contrastando com isso, destacou-se bastante a mobilização dos assalariados agrícolas em torno da aplicação das leis trabalhistas no campo (salário mínimo, férias, descanso semanal remunerado, etc.).

Não obstante esse aspecto positivo de sua contribuição, CPJ buscou caracterizar a nossa realidade com conceitos improprios, do ponto de vista do marxismo. Até melhor apreciação — que deve ser feita por especialistas na questão agrária e camponesa — somos nós que vêm na agricultura brasileira, excetuando certas áreas, mais desenvolvidas, uma *predominância de relações de produção pré-capitalistas* (ou paracapitalistas, como querem alguns). Tais relações, que coexistem com outras de tipo capitalista, influem negativamente sobre todo o organismo econômico, criando tremendas dificuldades ao desenvolvimento da economia. Simultaneamente, são responsáveis pela miserável situação de milhões e milhões de lavradores. Sendo assim, continua como um dos objetivos essenciais da presente etapa da Revolução Brasileira a realização de transformações revolucionárias na agropecuária, visando à eliminação dessas relações pré-capitalistas, por isso, cabe perfeitamente a definição da presente etapa da Revolução como agrária e anticolonialista.

BURGUESIA NACIONAL

O historiador paulista reafirma em *A Revolução Brasileira* sua já conhecida opinião de que não existe no Brasil a chamada burguesia nacional. Infelizmente, esse ponto de vista, também, não veio acompanhado de uma convincente fundamentação.

Começa por apresentar um conceito de burguesia nacional definiente e superficial, quando é por demais conhecida a noção de que vem a ser uma parcela da burguesia brasileira que é "prejudicada pela ação dos monopólios imperialistas". Considerase a burguesia nacional *um setor* (e não o todo) da burguesia brasileira que, em razão de seus interesses objetivos, toma posição contra a ação imperialista. Não se trata, portanto, de uma classe social distinta (como pretendeu fazer crer CPJ, de maneira equivocada), mas de uma camada que se destaca da classe por razões econômicas de grande relevância, o que determina um comportamento político particular. Uma melhor compreensão do conceito de burguesia nacional reclama que se leve em conta outros dados. "A burguesia brasileira, na sua grande maioria, em virtude de seus próprios interesses de classe, é levada a chocar-se com o capital monopolista estrangeiro, que representa obstáculo à expansão dos seus negócios. A burguesia ligada aos interesses nacionais (ou burguesia nacional) possui um duplo caráter. Pertencendo a um país explorado pelo imperialismo, encerra um potencial revolucionário e é uma força capaz de opor-se à dominação

imperialista. Em consequência, porém, de sua natureza de classe exploradora, de sua debilidade econômica e política e de seus laços com o sistema imperialista, procura também defender-se mediante acordos e concessões ao imperialismo. A fim de enfrentar o imperialismo, necessita apoiar-se nas massas e pode, em certa medida, estimular a ação das massas. Temerosa, porém, de que a luta independente do proletariado ameace seus interesses de classe exploradora, procura restringir o movimento de massas e mantê-lo nos limites convenientes aos seus objetivos. Empenhando-se em recolher para si todos os frutos do desenvolvimento econômico, a burguesia intensifica a exploração das massas trabalhadoras e lança sobre elas o peso das dificuldades que resultam da exploração imperialista e do atraso do País. A burguesia é, assim, na sua grande maioria, uma força, antiimperialista inconsequente, que é capaz de enfrentar o imperialismo e simultaneamente vacila e tende aos compromissos com o inimigo da Nação.⁸

O cerrado ataque do historiador à categoria examinada, não se restringe a uma questão de definições. Nega a burguesia nacional, apoiando-se no argumento de que, em proporção crescente, os industriais brasileiros de certa expressão começaram a se associar a grupos internacionais. Paradoxalmente, diz, logo em seguida, que tudo isso, evidentemente "não significa que não haja no Brasil contradições profundas de grande expressão política, derivadas da penetração e domínio imperialistas no país."⁹ Qualquer analista, partindo dessas "contradições profundas", não tem dificuldade em deparar dentro do comércio, da indústria e dos meios financeiros, com uma camada que, sendo prejudicada pela ação imperialista, passa a lutar contra ela, formando o que se classificou como burguesia nacional.

Outra afirmação correta de CPJ atrita-se com sua tese sobre a não existência da burguesia nacional. Confessa ele: "Não há dúvida que enquadramos no sistema geral do imperialismo, como atualmente se encontram, o progresso da economia brasileira e em particular a elevação do seu nível tecnológico e de sua capacidade produtiva pela industrialização, se acham limitados e bitolados por interesses predominantemente estranhos ao país".¹⁰ Portanto, não se pode entender como os empresários nacionais não sentem essa bitola e êsses limites. Quando o autor baixa da abstração para a realidade concreta, suas próprias teses são refutadas.

Dentro de sua linha subjetiva, CPJ diz ainda: "... os capitais e as iniciativas estrangeiras e nacionais se foram combinando e inter-

⁸ Ob. cit., pág. 111.
⁹ Ob. cit., pág. 189.

penetrando de tal forma que não há realmente mais, hoje, como deslindar a meada e circunscrever uma indústria puramente brasileira e livre de "contaminação" imperialista, sem ligação e relação com interesses estrangeiros e determinar, por conseguinte, uma burguesia "nacional", antiimperialista do tipo daquela que prevê a teoria consagrada da nossa revolução".¹⁰ Não obstante o panorama da economia nacional ser hoje bem mais complexo do que há meio século atrás (quando as empresas imperialistas eram ilhas bem marcadas e, inclusive, conservavam até seus nomes estrangeiros: *Standard Oil of New Jersey*, *Brazilian Traction, Electric Bond and Share*, etc.), acreditamos não ser tão difícil assim "deslindar" essa meada, ou seja, separar as empresas imperialistas das nacionais. É claro que uma empresa não deixa de pertencer a capitais nacionais (exemplo: *Açôs Villares*), tão-somente por manter contratos de assistência técnica com firmas estrangeiras, ou por usar *know how* importado de países imperialistas. Além disso, para os economistas vai-se confirmando a justezza da conceituação de Gilberto Paim de que a economia brasileira pode ser dividida em dois setores distintos: o setor estrangeiro e o setor nacional. Tal diferenciação resulta do papel diferente que desempenha no organismo econômico.

Como o problema da burguesia nacional sempre desperta grande celeuma (e será assim até "superarmos" a questão, isto é, até ingressarmos no socialismo), vejamos mais detidamente alguns ângulos do tema controverso. De início, é imprescindível deixar claro que os adversários da "posição ortodoxa" manifestam *três tipos de ilusão*.

A *primeira ilusão* surge quando muitos manifestam grande estranheza pelo fato de a burguesia nacional não realizar uma luta consequente, vigorosa, insossímável, retumbante, etc. Recriminam, assim, os empresários nacionais por não se oporem com destemor e audácia ao imperialismo (ou ao governo) e por não proclamarem, de forma altisonante, as exigências da Nação Brasileira. Não deparando diante de seus olhos tais "cenás de violência", isto é o bastante para daí extrairem a conclusão de que a existência da burguesia nacional é um *bluff*. Ora, o que os marxistas brasileiros sempre afirmaram é que esse setor da burguesia é extremamente vacilante e inconsequente. Não denotam nenhuma estranheza e nem se alarmam com o fato de assistirem às manobras tortuosas, espertas, inconsequentes e contraditórias dos empresários nacionais. Sabem os marxistas que seria uma doce ilusão se esperar outro tipo de comportamento da burguesia nacional e que muito mais importante que o "falsoamento" ante as incon-

sequências da burguesia vem a ser a preocupação efetiva com o fortalecimento das forças populares, com o crescimento da consciência de classe do proletariado e de seu nível de organização.

A *segunda ilusão* evidencia-se quando alguns manifestam decepcionados. Sente-se essa ilusão principalmente naqueles que negam a existência da burguesia nacional, apoiando-se, para tanto, em considerações sobre a recusa desse setor em realizar tarefas que, afinal, são próprias de uma força socialista. Vê-se, usualmente, que muitos ficam alarmados quando um Ermírio de Moraes ou um Grasparian demonstram, ante seus operários, o mesmo comportamento capitalista que os empresários estrangeiros. Naturalmente que esta ilusão foi estimulada pela compreensão "direitista", segundo a qual dentro da época de um burguês nacional os operários não devem postular e lutar por suas exigências, quando o burguês nacional, evidentemente, é tão explorador quanto qualquer outro capitalista.

A *terceira ilusão* é daqueles que reclamam pelo fato de a burguesia nacional não manifestar clara consciência do papel e da missão do imperialismo. E essa "inconsciência" chega até a ser transformada em prova da não existência da burguesia nacional, como se vê no livro de C.P.I. Lé-se na obra: "Essa posição da burguesia brasileira em face da questão do imperialismo, de fato o ignorando, evidencia que, realmente, não o sente e percebe, limitando-se a considerar o fato concreto e imediato da afinidade e presença no País de empredimentos estrangeiros".¹¹

Essa "falta de consciência" não é motivo para grandes divergências. A burguesia não tem, igualmente, consciência da mais-valia que extrai do operário, mas nem por isso a mais-valia deixa de existir. O que é raro encontrar é um burguês nacional que tenha uma noção aproximada da ação imperialista. Ele reage diante desta por razões muito concretas, porque seus interesses econômicos são afetados. Normalmente, a consciência do papel do imperialismo entre a burguesia nacional só aparece em seus líderes mais lúcidos, particularmente, entre os políticos e teóricos.

Essas três ilusões, por incrível que pareça, têm levado muita gente a engrossar a corrente dos que negam, de pés juntos, a existência da burguesia nacional.

Vejamos, agora, outras questões relacionadas com a problemática da burguesia nacional no Brasil.

A primeira questão diz respeito ao fato de que a luta da burguesia nacional contra o imperialismo concentra-se fundamentalmente no terreno político, para usar o poder estatal a fim de limitar e, se possível, eliminar a ação do imperialismo no Brasil. O exame, mesmo superficial, do quadro político brasileiro demonstra como, neste cenário, tem-se dado o árduo combate entre os que favorecem as empresas estrangeiras e os que defendem os grupos nacionais. Tal quadro é bem visível desde 1930.

Relacionemos alguns elementos que comprovam essa assertiva.

Logo após o movimento de 1930 verificou-se no País o grande debate em torno da legislação sobre nossa energia hidráulica e as riquezas minerais, pontos em redor dos quais havia-se aguçado a combata imperialista, ou em que já havia firmado solidamente suas garras. E os dois Códigos — o de Águas e o de Minas — só puderam sair porque foram promulgados, por Vargas, no período discricionário, pouco antes do lançamento da Constituição de 1934. Saíram como decretos-lei e por isso tiveram sua validade largamente contida pelas empresas estrangeiras perante o Poder Judiciário. Quando da implantação do Estado Nôvo viu-se, na carta constitucional imposta, uma série de dispositivos que limitavam a ação e a atividade das empresas estrangeiras. Nesta mesma fase desencadeou-se o grande movimento que possibilitou o surgimento do Conselho Nacional do Petróleo, sob a égide do Exército. Paralelamente, alcançou grande expressão a luta pela industrialização e pela siderurgia pesada, que teve como consequência direta a organização da primeira indústria nacional de aço — Volta Redonda.

Naquela mesma fase foi vitoriosa a batalha contra o roubo de nossas riquezas minerais — com a nacionalização da *Itabira Iron* e a constituição da Companhia Vale do Rio Doce, que até agora ainda é a maior exportadora de minério de ferro do Brasil. — No após-guerra, assistiu o País ao surgimento da histórica campanha do "Petróleo é nosso", alicerce político fundamental para a criação da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo. Em razão de denúncias contra a *Light* e a *Bond and Share (Amforp)*, lançou o governo Vargas o projeto da *Eletrobrás*. Mais recentemente, com a ampliação do movimento nacionalista, o País viveu a campanha em torno da questão da remessa de lucros das empresas estrangeiras aqui instaladas. Por fim, temos a grande movimentação a respeito da política externa, que foi criando o clima para o lançamento por Jânio Quadros (ampliação no governo Goulart) da denominada política externa independente.

11. Ob. cit., pág. 188.

Em resumo, observa-se que a burguesia nacional, possuindo recursos para enfrentar o imperialismo no estrito campo da concorrência econômica, financeira e comercial, intenta utilizar o aparelho estatal contra a atividade dos monopólios estrangeiros. Daí o fato de seus legítimos intérpretes se mobilizarem ativamente na luta política, a fim de reforçarem a capacidade de resistência dos empresários nacionais. Por isso, CPJ não tem a menor razão quando afirma que os atritos e conflitos entre os empresários brasileiros e o capital internacional "permanecem sempre no estrito plano da vida comercial ordinária e da concorrência característica do sistema capitalista em que se verificam".¹² Eis aí uma assertiva nada marxista e em violenta contradição com os fatos.

Aspecto de grande relevo, neste ponto, vem a ser a verificação de que a burguesia nacional, quando sente que não pode bater o imperialismo no terreno da competição econômica, opta tranquilamente pelo capitalismo de Estado, a fim de sobrepujar o capital estrangeiro. Foi, assim, no caso do petróleo, da siderurgia pesada, da energia elétrica e das telecomunicações (formação da Embratel). O burguês nacional, muito cioso da sua liberdade de iniciativa, recorre ao estatismo para não deixar cair em mãos de capitalistas estrangeiros o domínio de certos ramos vitais da economia. Por esta razão, exclusivamente, é que o estatismo no Brasil tem forte conotação anti-imperialista, não obstante algumas empresas estatais chegarem ao ponto de servir aos trusts, como é o caso das de energia elétrica, que têm sido úteis aos dois grupos estrangeiros que atuam no Brasil.

A segunda questão relaciona-se com os vínculos comerciais, financeiros ou técnicos que muitas empresas nacionais mantêm com grupos imperialistas, sem que, no entanto, cessem de combater a ação imperialista.

O estudo da vida das empresas brasileiras, notadamente as de caráter industrial, demonstra que muitas delas estabelecem algumas ligações econômicas com grupos imperialistas. Essas ligações são dos mais diversos tipos. Com freqüência, as empresas adquirem patentes ou marcas (*know how*) dos poderosos grupos estrangeiros, que se encontram muito mais adiantados no terreno tecnológico. As vezes, a compra do *know how* implica na obrigação de ceder ao grupo imperialista uma parcela das ações da empresa nacional. Mesmo neste caso não se pode dizer, porém, que a simples presença de grupos

estrangeiros dentro de firmas nacionais signifique uma capitulação diante do imperialismo, ou que o empresário nacional tenha desistido de se opor ao capital estrangeiro.

Outro vínculo usual relaciona-se com a obtenção de financiamento para a compra de maquinaria. A empresa nacional entra em acordo com o grupo estrangeiro para dele adquirir equipamentos de elevado custo. Outras vêzes o vínculo é puramente comercial. Outras modalidades de vínculos também existem e algumas vêzes não é fácil definir se o grupo nacional chegou ao ponto de se entregar totalmente ao capital estrangeiro. Não basta, inclusive, que a definição decorra da avaliação de quem controla a maioria das ações de uma empresa. É necessário uma observação num prazo mais largo para se chegar a uma conclusão definitiva sobre o comportamento do grupo nacional. O importante é que tais relações (que tanto impressionaram CPJ) fazem parte do *processo de luta* que a burguesia nacional travou com o capital estrangeiro. Isto é, cliente de sua fraqueza, recorre ela a meios flexíveis, sinuosos, evasivos, pois sabe que não tem condições para enfrentar cara-a-cara o capital estrangeiro.

A terceira questão relaciona-se com o equívoco de muitos pretendem definir o comportamento da burguesia nacional pelas atitudes oficiais das entidades representativas do empresariado ou, ainda, pelo que abertamente declararam os empresários.

Não vendó, da parte dos sindicatos patronais, das federações ou confederações, das associações comerciais, etc., uma nítida atitude de defesa das posições da burguesia nacional, usam isto como prova para negarem a sua existência. Não atentam, inicialmente, para o fato de que essas entidades patronais são muito pouco representativas, desde que, como regra geral, são dominadas pelos empresários muito poderosos, que ditam a linha de conduta dessas entidades. Assim sendo, constata-se nelas uma grande influência da burguesia entreguista, influência que não condiz com a própria correlação numérica de forças dentro do empresariado. Em muitas dessas entidades patronais observa-se até o controle direto exercido por testas-de-ferro de empresas estrangeiras. Veja-se o caso do Sindicato do Frio de São Paulo, que, ao invés de defender os interesses dos frigoríficos nacionais, é atrauto dos quatro frigoríficos imperialistas. O mesmo se vê no Sindicato da Indústria de Moagem do Rio de Janeiro e de vários outros Estados, onde as entidades são controladas pelos prepostos nativos do *Bunge and Born* (cartel mundial de trigo). O Sindicato da Indústria Automobilística de São Paulo é dirigido por delegados das grandes empré-

¹² Ob. cit., pág. 111.

sas montadoras estrangeiras, em detrimento dos interesses de centenas de indústrias nacionais de autopégas.

Sente-se, com nitidez, que os interesses da burguesia nacional têm melhor defesa nos canais políticos, particularmente dentro dos órgãos legislativos e executivos, assim como por intermédio da imprensa. Aos que negam com firmeza a existência de um setor nacional dentro da burguesia brasileira, fazemos a seguinte pergunta: como explicam, concretamente, a posição de mais de uma centena de parlamentares que resistiram, no Congresso, à política econômico-financeira de Castelo Branco? Como explicam os votos contrários aos diversos projetos do governo, como o da *Hanna*, o da *Amforp*, das alterações na lei de remessa de lucros, o do acordo atômico e de garantia de investimentos, etc.? Ou será que se pensa que êsses parlamentares estariam representando os interesses do proletariado, da pequena burguesia urbana e dos lavradores? Outra pergunta: como podem justificar a conduta de alguns órgãos da imprensa como o *Correio da Manhã*, a *Última Hora*, além de outros, contrários à orientação desse governo, senão como uma manifestação da luta travada pela burguesia nacional, embora nêles também se faça presente o pensamento de outras camadas populares? Como explicam a posição programática do MDB e suas várias manifestações públicas? Como analisam a linha coerente, ao longo dos anos, de líderes do PRB como Gonçalves, Brizola, Sérgio Magalhães, etc., senão como uma demonstração de que uma camada importante da burguesia brasileira tem uma posição marcada contra a ação imperialista no Brasil?

Forçosamente, quem faz um exame abstrato, ou quem não enfrenta com objetividade os fenômenos políticos, para encontrar nêles “a expressão concentrada da economia”, não enxerga nada disso e passa a responsabilizar a “teoria ortodoxa” dos marxistas sobre a burguesia nacional pelo que de errado houve na conduta política das correntes progressistas. CPJ manifesta espanto pelo fato de um esquema, importado da Internacional Comunista meio século atrás, até hoje influir decisivamente na formulação da posição dos marxistas. Se CPJ meditasse mais sobre essa “estranha vitalidade” de “um esquema importado meio século atrás”, teria que reconhecer que por trás do esquema existe uma realidade concreta que, infelizmente, não corresponde aos seus desejos.

A análise que CPJ faz das relações entre a burguesia brasileira e o imperialismo, nesta etapa mais próxima, é unilateral. Pincelou um quadro demonstrando que, nos últimos anos, os “empresários brasileiros entenderam-se perfeitamente com o imperialismo”. O historiador paulista, assinalando um fenômeno que não pode ser negado por ninguém — o de que no período mais recente da penetração imperialista grandes elogios partiram da burguesia brasileira aos investimentos estrangeiros (Kubitschek foi o expoente dessa atitude) — não examinou o fato com a atenção que o caso requer.

Ademais, partiu de uma posição inteiramente incorreta sobre as causas da expansão da economia brasileira no após-guerra. Causam espanto suas afirmações sobre o que houve em nossa vida econômica. Citemos o autor: “Aparelhamento de base com que contara a economia brasileira até vésperas da II Grande Guerra, foi quase todo élenco do capital estrangeiro, desde o estabelecimento das grandes lavoras que fundamentariam a riqueza do País — a começar pelo café, cuja cultura será em boa parte financiada do estrangeiro — até as estradas de ferro, portos modernos, serviços públicos urbanos, grandes empreendimentos industriais. Tudo isso, sem o concurso das iniciativas estrangeiras, não teria sido possível realizar”¹³ (grifo nosso). Eis aí uma análise unilateral e que deturpa os fatos da vida econômica do País. Ningém nega que o capital estrangeiro, ao vir para uma nação como o Brasil, traz elementos de progresso, mas não se pode esquecer o reverso da medalha, ou seja, que isso é feito às custas do potencial do País, à custa dos interesses de um desenvolvimento rápido e independente da economia. Sim, é certo que algumas vezes firmas exportadoras de café financiaram esse ou aquele cafeicultor, mas em troca, do domínio total do comércio exportador de café e em detrimento dos interesses do País, como provou Cid Silveira em seu livro *Café: um drama da economia nacional*.¹⁴ Sim, é certo que a *Light* impulsionou o desenvolvimento de nosso parque industrial, mas isto foi feito na base de um investimento diminuto, pois seu grande capital é fruto de lucros fabulosos. E sua presença na vida brasileira é caracterizada pelas grandes deformações que provocou na economia, como exaustivamente comprovou o engenheiro Catulo Branco. A famosa denúncia de Eduardo Guinle,¹⁵ e o não refutado trabalho do economista Américo Barbosa de Oliveira,¹⁶ fornecem o outro lado da *Light*. Sabemos que o historiador paulista conhece e denuncia esse

¹³ Ob. cit., pág. 184.

¹⁴ Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1962.

¹⁵ Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 14/3/1933.

¹⁶ Revista Econômica Brasileira, Rio de Janeiro, vol. III, n.º 1.

outro lado, mas por que se esquece dêle quando focaliza concretamente o desenvolvimento econômico dos últimos anos? Além disso, não é tão róseo, como ele apresenta, o quadro dos investimentos estrangeiros no Brasil no "aparelhamento de base de nossa economia". Quem não se recorda da oposição dos trusts à criação da nossa siderurgia pesada e suas restrições aos empreendimentos estatais na exploração do petróleo e da energia elétrica?

Continuemos, no entanto, a acompanhar a opinião do autor sobre a fase posterior à segunda guerra mundial: "Implantando no país empreendimentos de vulto e de natureza altamente estimulante é germinativa, como são as indústrias complexas e de elevado nível tecnológico, a começar pela automobilística; ligando-se direta e indiretamente, ou associando-se aos industriais e homens de negócios brasileiros, trazendo-lhes com isso o exemplo e modelo de seus procedimentos, além de recursos financeiros para seus empreendimentos, o imperialismo podemos dizer que inicia a ainda acanhada e tímida burguesia brasileira de vinte anos passados, na grande vida de negócios do mundo contemporâneo".¹⁷ Tratando da fase mais próxima, declara: "Em nenhum outro período da história brasileira como nos últimos vinte anos em que o capital imperialista literalmente submergiu a nossa economia, a burguesia progrediu mais em seus negócios e mais enriqueceu. E *progrediu e enriqueceu precisamente, em boa parte, gracias ao refôrço, impulso e exemplo que lhe trouxeram os empreendimentos e iniciativas imperialistas*".¹⁸ (grifo nosso).

A primeira observação a ser feita refere-se à profunda inexatidão da afirmativa de que nessa fase a burguesia "progrediu e enriqueceu precisamente, em boa parte, gracias ao refôrço, impulso e exemplo que lhe trouxeram os empreendimentos e iniciativas imperialistas". CPJ, ao dizer isto, violenta a realidade histórica, deixando-se impressionar com as aparências e com a superficialidade dos fenômenos, ofuscando-se com o brilho da colossal fábrica da *Volkswagen*, na via Anchieta, e outras coisas do gênero. O exame do processo econômico brasileiro leva-nos a outro tipo de conclusão. Mais próximo da verdade que o autor de *A Revolução Brasileira* está o órgão da Confederação Nacional da Indústria, que afirmava em 1957: "O crescimento das três últimas décadas não contou com o auxílio expressivo de entradas líquidas de capital proveniente do exterior. O progresso alcançado é fruto das potencialidades internas da economia brasileira, do pioneirismo dos empreendimentos nacionais, privados e públicos,

da capacidade de aprender para aplicar de nosso homem."¹⁹ E o exíto balanço de capitais (sob qualquer forma, inclusive auxílios e empréstimos) nas relações do Brasil com os Estados Unidos, país que representa o fundamental em nossas relações financeiras com o exterior, indicam nossa descapitalização, mesmo sem levar em conta a gravíssima questão da deterioração dos termos de intercâmbio. Essa apreciação é confirmada por vários economistas insuspeitos.

Se a burguesia nacional cresceu amplamente no após-guerra, isto se deu *apesar* da maior penetração do imperialismo. Nessa quadra da vida brasileira, a burguesia nacional jamais deixou de gritar contra os capitais estrangeiros, bastando para comprovar a assertiva as posições nacionalistas de Vargas, a luta em torno do projeto da remessa de lucros, a ampliação do movimento nacionalista, além de diversas atitudes do governo Goulart. Se a luta antiimperialista não se aguçou, conforme muitos desejavam, isto se deve mais ao fato que o País se encontrava numa fase de grande ascenso econômico, quando a burguesia nacional ganhava muito, *apesar* da ação imperialista.

Outro importante fator — para amainar a luta da burguesia nacional contra o imperialismo — foi representado pela inflação. Usando o mecanismo inflacionário para "socializar as perdas", na expresão de Celso Furtado, os empresários nacionais conseguiam compensar, total ou parcialmente, os prejuízos que advinham da espoliação estrangeira, através do comércio internacional. Assim, a engrenagem inflacionária encobria uma parcela importante do prejuízo que sofriam os empresários, em decorrência da conduta dos monopólios internacionais no comércio externo. A inflação, portanto, sempre foi uma solução *oportunista* usada pelos empresários para fugirem do equacionamento das reformas estruturais em nossa economia. Quando da implantação da política de estabilização monetária pelo governo Castelo Branco, a burguesia nacional foi chamada à realidade e passou a sentir na carne viva a tremenda pressão imperialista.²⁰

O quadro favorável da economia, anteriormente existente, amenizava o debate. Em contrapartida, agora, quando se acentuou a estagnação, a burguesia nacional não cessa de protestar contra a "desnacionalização das empresas". Isto se comprova pela grande onda levantada pelo empresariado nacional, os documentos da Confederação Nacional das Indústrias, os pronunciamentos de líderes patronais, o

¹⁹ *Desenvolvimento e Conjuntura*, Rio de Janeiro, julho de 1957, pág. 14.

²⁰ Sobre o mecanismo inflacionário, consulte-se a obra de Alberto Passos Guimarães — *Inflação e monopólio no Brasil*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963.

debate no Congresso e nas Assembléias Legislativas, a crítica dos jornais, os estudos de técnicos conceituados, como o prof. Dias Leite, etc. Se esse clamor não teve a virulência necessária e o condão de alterar a política governamental, isto vem a ser outra história, que confirma apenas o fato de que a burguesia nacional e as outras forças prejudicadas não tiveram força suficiente para impor ao País outros rumos. O que não admite réplica é o dado de que a maior parte do empresariado nacional opõe-se à política de Castelo Branco.

Os fatos são, pois, teimosos. Diga-se o que se quiser, mas a existência da burguesia nacional é um fato econômico, político e histórico. Na luta contra o imperialismo sua existência é positiva, não obstante todos os graves problemas que são por ela suscitados. Dispõndo, até agora, da liderança do processo, esforça-se por não perdê-la. Não é fácil tratar com ela, mas é muito mais difícil lutar sem ela contra o imperialismo norte-americano e a reação interna.

O CAPITALISMO BUROCRÁTICO

Uma tese absolutamente original em nossa literatura política foi lançada em *A Revolução Brasileira*. Trata-se da afirmação de CPJ sobre a existência de um setor bem caracterizado dentro da burguesia, a que ele denominou de "capitalismo burocrático". Os elementos que o autor fornece para justificá-la são os seguintes: "... queremos por ora encerrarr nossa análise da burguesia brasileira, chamando a atenção para outras circunstâncias sem relação direta alguma com o imperialismo e que, essas sim, comportam um fator de discriminação no seio da burguesia, e tendem efetivamente a dividi-la em setores diferentes e muitas vezes antagônicos." "... Essa diferenciação no seio da burguesia se prende ao papel desempenhado pelo Estado, ou antes, pelo governo que o encarna, na economia nacional e, em particular, no processo de formação e acumulação privada de capital através do favorecimento pelo poder público de interesses particulares..." "... esse enriquecimento mais ou menos ilícito à custa e por conta do poder público não sómente atinge proporções excepcionais em confronto com as formas ordinárias e normais da acumulação capitalista, mas ainda deixa de constituir simples ocorrência excepcional e marginal para se tornar um sistema, que se pode considerar consagrado e institucionalizado, representando papel de grande relevo no conjunto da economia do País considerado". "... O que sobretudo conta e torna o enriquecimento privado à custa e em função do poder público em verdadeira categoria econômica e forma específica de acumulação capitalista de

grande vulto, é o fato de se ter constituído na base das atividades e funções estatais toda uma esfera especial de negócios privados proporcionados pelo poder público e sistematicamente promovidos pelos detentores desse poder em benefício próprio e dos indivíduos e grupos a que se ligam e associam".²¹

Como se vê, a conceituação desse capitalismo burocrático é bem confusa. De inicio fica a impressão de que CPJ refere-se àqueles empresários que transacionam com o Estado e dessa relação auferem grandes lucros. Como não fornecê indicações concretas, imaginamos que o autor queira se referir aos seguintes tipos de capitalistas: *empreiteiros de obras* rodoviárias, ferroviárias, hidráulicas, de prédios públicos, etc.; *fornecedores* do Estado no campo do atendimento das necessidades das forças armadas, hospitais, escolas, repartições públicas, etc.; *agentes cambiais e bancários* encarregados de operações financeiras e cambiais. Vê-se, portanto, como dentro desse conceito pode ser incluída a grande maioria das empresas industriais, comerciais e de crédito.

Nesta curiosa tese do capitalismo burocrático, alguns reparos são necessários. Não é difícil assinalar que no Brasil — tão vasta e complexa é a intervenção do Estado na economia — poucas são as empresas que não mantêm vínculos comerciais, industriais ou financeiros com o Estado. Quanto às grandes empresas, tal coisa é praticamente impossível. Todas as grandes empresas nacionais necessitam do crédito oficial, diretamente ou através do redesconto dos seus títulos. Assim, a regra geral é o esforço para realizar transações com o Estado, a fim de obter-se pingues proveitos. E o campo de relações com o Estado é tão amplo que muito dificilmente qualquer setor empresarial dêle fica excluído muito tempo, mesmo porque elas se verificam nas três esferas do poder público: municipal, estadual e federal (excluem-se aqui, naturalmente, as pequenas empresas comerciais e industriais).

Como a luta política tem permitido, nos últimos trinta anos, a passagem pelo poder de vários grupos, existe como quê um rodizio na participação dos empresários nas benesses oficiais. De passagem, assinala-se que o acirramento da luta política deve-se, em parte, ao aguçamento da disputa entre os grupos econômicos pelo controle das várias esferas do aparelho oficial, a fim de se aproveitarem de "favores" auferidos pelos que dominam o Poder.

Tentando caracterizar outros elementos que separariam o "capitalismo burocrático" do restante, CPJ traz à baila o intervencionismo

²¹ Obra citada, págs. 191-192.

estatal na economia. Diz o autor: "o capitalismo burocrático pela própria natureza de suas atividades e negócios, tende a valorizar o intervencionismo e por élé propugnar. O aspecto negativo que o intervencionismo representa para os interesses burgueses regulares é que élé priva a iniciativa privada, ou pode privá-la de oportunidades lucrativas. Pelo contrário, para o capitalismo burocrático é precisamente nesse intervencionismo que se apresentam oportunidades para seu tipo especial de negócios".²²

Julgamos que essa conclusão não tem procedência. De um lado, porque o "capitalista burocrático" (empreiteiro, fornecedor, agente, etc.) não tem exatamente nenhum interesse em que o Estado o substitua em sua função. Ao contrário, almeja fazer em lugar do Estado a operação, a fim de ter nisso um benefício. Se o Estado ampliasse sua intervenção na economia, acabaria prejudicando totalmente esse empresário. Exemplificando, se o Estado enveredasse pelo caminho de, com seus próprios meios, realizar obras rodoviárias, ferroviárias, de construção civil ou montar grandes estabelecimentos fabris capazes de atender às exigências de consumo do aparelho estatal, daria um enorme prejuízo aos empresários privados. Na verdade, a grande maioria da burguesia brasileira é contra o intervencionismo estatal, admitindo-o como uma exceção, em ramos onde manifesta impotência para explorá-los.

Esta tese do "capitalismo burocrático" apenas evidencia que seu autor estabeleceu uma enorme confusão sobre o *capitalismo de Estado* no Brasil, que ganhou grande expressão nas últimas décadas e encerra profundas contradições. Aliás, esse problema não é só intrinca entre nós, mas em geral apresenta grande complexidade nos países atrasados e dependentes. No caso brasileiro, em primeiro lugar, élé reflete as contradições do Estado. De um lado, serve à burguesia, encontra-se à seu serviço. De outro lado, certas empresas estatais têm servido de ponto de apoio para a luta contra os monopólios estrangeiros, desde que tem sido a forma aceita para enfrentar a concorrência imperialista nos setores onde o capital nacional não tem fôrça para tanto. Não por acaso, certamente, a Petrobrás foi e é combatida pelos círculos ligados ao imperialismo e à reação interna. De maneira geral, o capitalismo de Estado, nas condições brasileiras tem sido positivo, sendo um dos principais instrumentos do desenvolvimento econômico de nossa Pátria.

O dado de que algumas empresas do Estado fracassaram economicamente, e que foram dilapidadas por seus administradores, vem

a ser secundário. Isto porque, antes de mais nada, é forjoso repetir que a circunstância de algumas empresas estatais, como as ferrovias, encontrarem-se em péssima situação deve-se menos a erros de administradores do que à falência dos esquemas econômicos e financeiros que determinaram seu surgimento. Já eram falidas quando passaram para as mãos do Estado. A rede ferroviária paulista, por exemplo, foi toda montada para transportar café e outros produtos de exportação até o porto de Santos. Com o declínio de certas áreas produtoras todo o esquema ferroviário conseguiu a revelar seu irracionalismo e seu sentido antieconômico, pois não foi erguido para atender aos interesses da economia e da população do Estado bandeirante.

Sobre o afã nacional, tão generalizado, de camadas abrigarem-se sob a asa protetória do Estado, muitos sociólogos já estabeleceram os vínculos entre o subdesenvolvimento econômico e a forte pressão de importantes camadas para serem protegidas pelo Estado (obtenção de empregos, especialmente). É certo que, neste ponto, pesam também certas características do nosso processo de formação histórica, trazendo a marca de instituições herdadas do colonizador português. Quanto ao problema da corrupção, sem entrar no exame político da questão, deve-se relembrar que élé se encontra presente de maneira acentuada nos países subdesenvolvidos, mas também assume formas impressionantes em países capitalistas adiantados, como os Estados Unidos e à França.

Não se vê, igualmente, fundamento na análise sobre o entrelacamento de interesses entre êsse "capital burocrático" e as correntes progressistas. Apenas o que se viu foi que as empresas estatais sofreram uma pressão muito mais direta dos acontecimentos políticos do que as empresas privadas. Naquelas se refletiram diretamente as próprias contradições existentes no aparelho estatal. Não resta dúvida, também, que os operários das empresas estatais encontram-se numa situação mais cômoda que os operários das empresas privadas, desde que é muito mais fácil lutar contra um patrão "abstrato", que está sujeito a diversas pressões políticas, do que contra o empresário privado, que zela com maior cuidado pela rentabilidade de seu empreendimento.

O historiador paulista, que tanto enfaticamente atacou os esquemas e as categorias importadas de forma mecânica, da literatura política de outros países, pelo visto, incidiu, igualmente, no mesmo erro. Foi buscar uma categoria usada na China do Kuomintang (os teóricos chineses é que puseram em circulação o conceito de capitalismo burocrático, tendo em vista as condições específicas do processo

22 — Ob. cit., pág. 199.

de desenvolvimento do capitalismo na China), para tentar definir uma situação inteiramente distinta.

O PROGRAMA DA REVOLUÇÃO

Havendo estabelecido algumas premissas teóricas, CPJ lançou-se à difícil tarefa de propor todo um programa para a Revolução Brasileira. De suas indicações, um ponto ressalta como correto, embora não seja propriamente inovador. Trata-se da questão do imperialismo. Em *A Revolução Brasileira* foi dada uma convincente argumentação sobre o que significa a dominação do imperialismo, como um fator de atraso e de freio ao nosso desenvolvimento econômico. Fundamentando essa tese, CPJ ofereceu alguns elementos históricos válidos a respeito de certas características particulares da dominação imperialista no Brasil, que diferenciam fortemente o nosso processo histórico do processo das nações asiáticas, e até de outras nações latino-americanas que contaram com uma civilização pré-colombiana avançada (Peru, México, Guatemala, etc.). Deve-se, pois, levar em conta essa apreciação de CPJ que, pelo menos, alerta-nos para um melhor estudo de nossa formação histórica.

O historiador paulista tem tóda a razão quando critica a brecha das análises marxistas sobre a dominação imperialista no Brasil, que determinam uma visão simplista e ingênua do imperialismo. Tal visão leva a uma ação antiimperialista com pouca capacidade de convencer grandes faixas da população. Aliás, afora os livros de Aristóteles Moura — *O Dólar no Brasil e Capitais Estrangeiros no Brasil*, poucos são os trabalhos marxistas que realmente buscam dar uma interpretação objetiva da dominação imperialista. Entre outros autores, que têm dado uma contribuição definitiva para o melhor entendimento da realidade brasileira, nota-se a tendência ao desencimento quase completo da questão. Celso Furtado sómente começa a encarar as terríveis consequências negativas da presença dos monopólios internacionais em seu último livro — *Dialética do Desenvolvimento*.²³

Ademais, existem fatos novos em nosso sistema econômico que reclamam um aprofundamento crítico sobre as formas pelas quais o imperialismo atua no Brasil e que podem dar uma indicação do evoluir da sua dominação nas condições de um país que apresenta grandes modificações em sua vida. Assim, parece correta e louvável

a preocupação de CPJ com um dos decisivos aspectos da atividade imperialista, que é o seu controle sobre nosso mercado financeiro.

Sobre isso convém relembrar a advertência de Gilberto Paim: "Chegamos, assim, a um ponto em que se torna obrigatória uma breve referência às sociedades de crédito, financiamento e investimento, em cujo seio dominam as sociedades de capitais estrangeiros formadas no Brasil ou dirigidas por cidadãos estrangeiros. Estas sociedades colocam no mercado nacional de capitais ações e outros títulos de empresas de capitais estrangeiros, ou empregam nesses empresas recursos financeiros por vários outros modos coletados em nosso mercado. O mercado particular de capitais no Brasil foi uma descoberta sensacional de financistas estrangeiros, que a esse campo passaram a dedicar-se depois da última grande guerra.

Tais sociedades complementam os recursos que as empresas de capitais alienígenas levantam nos estabelecimentos bancários nacionais, em particular nas instituições de crédito de que participa o Poder Público".

"A consciência do problema dos capitais estrangeiros no Brasil não estará plenamente amadurecida senão depois de um amplo conhecimento da ação negativa que aqui desenvolvem os investimentos ditos alienígenas, sobretudo no que diz respeito ao capital de giro".²⁴ Note-se que esta advertência foi feita em 1960.

A falta de clareza sobre as formas mais complexas da dominação imperialista é que explica (como comenta CPJ) a pequena importância que vários círculos das correntes progressistas deram à lei da remessa de lucros, nome eufemístico do projeto que visava regulamentar a atividade das empresas estrangeiras no Brasil. No entanto, pensamos que o historiador encontra-se ainda atrasado na compreensão do que ocorre em nossas relações com os trusts e monopólios, o que manifesta-se em formulações desse tipo: "Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais".²⁵

Nossa discordância com as principais teses expostas em *A Revolução Brasileira* teriam que, naturalmente, desembocar na divergência frontal com o que o historiador apresenta como Programa da Revolução. De saída, julgamos que nela faltam pontos essenciais, indispensáveis. Limita-se, em essência (pondé de lado o problema da

23 Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964.

24 *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, março de 1960.

25 Ob. cit., pág. 137.

Liberdade nacional), a apresentar a meta da melhoria das condições de vida dos assalariados agrícolas, num nível de estrita aplicação de leis trabalhistas. Além disso, formula genericamente alguns pontos para impulsionar-se à economia.

Como Programa revolucionário para a massa rural, encontra-se nesse trecho um resumo das indicações do autor: "Em suma, e concluindo a nossa análise relativamente à natureza e direção em que evolui o processo histórico-social atualmente em curso na economia agrária brasileira, o que nela se observa e se propõe, não é essencialmente a questão da terra. O que avulta naquele processo e constitui seu motor e dinamismo básico são as contradições nela presentes ligadas a relações e situações de emprego. E pois nesse sentido que se há de dirigir a ação revolucionária cujo objetivo não é e não pode ser o de criar do nada, de instituir um esquema abstrato saído do bôjo de alguma teoria proposta *a priori*".²⁶

Não negando que a luta dos assalariados agrícolas, assim como de outros setores da massa rural, pela conquista de imediatas melhorias em sua condições de vida desempenha importantíssimo papel no esforço para sua mobilização e organização, o que está acima exposto como Programa de Revolução é muito pouco, é quase nada. Isto porque não leva a uma transformação de qualidade na agricultura, desde que não se volta para atingir o cerne do que é arcaica na estrutura agrária, ou seja, o *monopólio pré-capitalista da terra*. A liquidação desse monopólio impõe-se para afastar o principal entrave ao progresso da economia do País. A caracterização desse monopólio como freio ao desenvolvimento das forças produtivas foi resumida por Alberto Passos Guimarães em três pontos: 1 — Por dificultar a criação de um grande mercado interno; 2 — por não cultivar nem permitir que se cultive toda a extensão disponível de terras cultiváveis; 3 — por não reter nem permitir que se retenha dentro do País os lucros da exploração da terra, que são transformados em capital nas mãos dos exploradores estrangeiros, através da exportação de nossos produtos primários.

Outrossim, para o proletariado urbano, para as camadas médias, para a intelectualidade, nada de básico surge nesse Programa. Por que essa limitação tão abusiva? Pensamos que é uma decorrência lógica das premissas estabelecidas pelo autor e da forma abstrata com que apreciou o processo revolucionário brasileiro.

No exame global do processo revolucionário, outra grave falha fica evidenciada no livro. Exetuando-se a análise da situação dos

lavradores e trabalhadores agrícolas, nêle não se vê um exame das diversas forças sociais que impulsionam a luta revolucionária brasileira. A apreciação de CPJ sobre a classe operária urbana é superficial e mais em função da luta dos assalariados agrícolas. Esta insuficiência é inaceitável porque objeções têm sido levantadas ao papel e às perspectivas do movimento operário. Dentro das fileiras progressistas renasce (como, agora, em meios estudantis) a tese de que o papel de vanguarda revolucionária só pode caber aos trabalhadores rurais. Teria sido, pois, útil que CPJ emitisse seu pensamento sobre a controvérsia.

Acreditamos que a análise do processo revolucionário brasileiro não conduz a uma revisão da tese de que à classe operária está destinado o principal papel na Revolução Brasileira. As falhas surgidas no movimento operário (CPJ apenas assinala o clima da "agitação estéril das cúpulas sindicais") reclamam um estudo mais sério dos elementos objetivos que se relacionam com o processo de formação de nosso proletariado, assim como as modificações mais relevantes em sua estrutura.

Por fim, assinala-se outra indesculpável lacuna do livro: CPJ nem sequer cogitou de examinar as camadas médias urbanas, que ocupam uma posição de relêvo no processo revolucionário em nossa Pátria. Igualmente, não há nem uma leve referência à intelectualidade.

Temos, assim, exposita no livro uma teoria abstrata para a Revolução Brasileira.

O PROBLEMA POLÍTICO

Como não procede a uma análise marxista do processo revolucionário brasileiro, o livro tampouco oferece uma contribuição válida no terreno político. Começa apresentando uma discutível colaboração ao exame crítico do golpe de abril de 1964, apenas condenando "a agitação estéril", "a atividade das cúpulas", etc. No livro não se vê, porém, as causas do trabalho voltado para as cúpulas. Embora se depare, aqui ou acolá, com afirmações corretas, elle não conduz a conclusões acertadas sobre o que de errado vem caracterizando as forças revolucionárias brasileiras.

Suas conclusões políticas, igualmente, não são exatas, porque não partem de alguns dados fundamentais, entre os quais se destaca o problema da dominação imperialista do Brasil. Esse domínio reclama que se levante contra élé uma ampla e poderosa frente única, que englobe todas as forças que se manifestam contra a situação em

²⁶ Ob. cit., pág. 243.

que se encontra colocado o Brasil como nação tutelada e oprimida. Se é certo que o historiador paulista relata bem o "quadro colonial" a que estamos ainda presos, não tira dêsse panorama a conclusão política necessária, ou seja, de que todas as forças devem voltar-se para o cumprimento da missão básica da libertar o Brasil do jugo imperialista.

Sua compreensão da frente única é a mais estreita possível e dá margem a grandes confusões. Vejamos como apresenta a questão: "No plano geral da política, trata-se essencialmente, no momento, de procurar a realização das condições necessárias e fundamentais para aquela ação. A saber, a liberdade de movimentos para as reivindicações e lutas trabalhistas, a extensão e o aprofundamento das fraternidades e dos direitos democráticos a fim de que a voz dos trabalhadores se possa fazer ouvir e efetivamente se ouça cada vez mais. Na medida em que isso ocorrer, e as oportunidades assim criadas se aproveitem adequadamente, a revolução, ou antes, por enquanto, a pré-revolução, que é a fase preparatória das grandes transformações econômicas e sociais que estão por vir, marchará inexoravelmente, mesmo que essa realidade não se manifeste em ruídosos sucessos. De 'aparências' pré-revolucionárias, acredito que já temos uma suficiente e infelizmente bem triste experiência."... "Não se exclui com isso, antes pelo contrário, as alianças dos trabalhadores com outras classes, categorias sociais e forças políticas que são essenciais para o desenvolvimento do processo revolucionário."... "Não há, aliás, que temer, na situação presente do Brasil, o isolamento das forças políticas trabalhistas e de esquerda, se elas se situarem acertadamente em face da atual conjuntura econômica, social e política, sem sectarismo, sem pretensões utópicas, sem querer saltar etapas."... "Podem assim os trabalhadores e sua causa contar com o apoio, a simpatia e receptividade, ou pelo menos, na pior das hipóteses, neutralidade e expectativas dos mais amplos setores da população."... "O que levará fatalmente no terreno político, mais dia, menos dia, a uma polarização de forças em que se defrontarão por cima da barricada decisiva da luta política brasileira, de um lado, centralmente e essencialmente, as forças de esquerda representativas dos verdadeiros e fundamentais interesses e aspirações da massa trabalhadora, e apoiantes e com elas solidárias, os mais amplos setores da opinião pública"²⁷ Pensamos que os trechos que acabamos de citar resumem o pensamento do autor sobre o caminho a ser trilhado pelas forças revolucionárias brasileiras.

A êste esquema oferecemos as seguintes contestações:

²⁷ Ob. cit., págs. 292, 293, 294, 295 e 296.

1. Coloca de forma incorreta o principal objetivo do povo brasileiro na presente etapa da Revolução. Sua exposição permite que se conclua que esse objetivo seria o de "essencialmente" tornar vitoriosas rivindicações trabalhistas. Para nós, essa meta principal vem a ser a libertação do Brasil do imperialismo, pois disso depende não só a solução dos graves problemas dos trabalhadores e das grandes massas populares, no plano econômico e político, como o avanço de nossa Pátria rumo ao socialismo. De um ponto de vista mais imediato, nosso objetivo consiste em derrotar os atuais governantes, que reforçam e asseguram a dominação do Brasil pelo imperialismo.

2. A política de alianças de CPJ é difícil de ser entendida. Proclama que, para essa política de objetivos trabalhistas, os operários contariam com "alianças de outras classes, categorias sociais e forças políticas". De que outras classes e camadas se trata? Refere-se às camadas médias? Ou à burguesia nacional? Julgamos ser difícil, senão impossível, que setores da burguesia brasileira se disponham a fazer alianças com os trabalhadores em torno de um Programa que tenha como questão central o atendimento de reivindicações trabalhistas. Uma ampla unidade de forças e camadas sociais só poderá erguer-se na base da luta por objetivos antiimperialistas.

3. Discordamos quando afirma que "não há aliás que temer, na situação presente do Brasil, o isolamento das forças políticas trabalhistas e de esquerda". Pensamos exatamente o contrário. Para derrotar-se o imperialismo e vencer a reação interna, é imprescindível que os trabalhadores não lutem isoladamente.

4. O esquema contém outra falha de relevância. Ele equaciona tôda a problemática da Revolução Brasileira como se esta não fosse parte da luta mundial dos povos contra o imperialismo e pelo socialismo. Esse enfoque isolado, nacional, da Revolução Brasileira não é marxista.

5. Por fim, julgamos que não deu a devida importância à questão da luta pela democracia no Brasil. Em raríssimas passagens trata do problema, quando, para o nosso povo, a luta democrática vem a ser um dos pontos básicos do seu combate. A contradição principal que existe na sociedade brasileira — de um lado, o imperialismo e seus agentes e, de outro, a grande maioria da nação — reflete-se hoje na contradição entre o povo e a ditadura.

Não se pode avançar sem forçar a alteração da presente situação brasileira de molde a ser reconquistado um regime em que as forças progressistas, particularmente os trabalhadores urbanos e rurais, possam organizar-se e unir-se. A luta pela democracia representa, pois, o elo que unifica amplas camadas da população e quase todas as forças políticas de importância na vida nacional. E a volta ao regime democrático não será exclusivamente uma "volta". Representará um vigoroso passo à frente na luta do povo brasileiro.

A Situação da Petrobras

decisivamente na pesquisa, produção e refinariação do petróleo, e com a instalação das refinarias particulares.

Os progressos alcançados não foram suficientes, no entanto, para absorver o considerável impacto sofrido pela economia nacional com a expansão do consumo de derivados de petróleo. Enquanto antes da 2.ª Guerra as compras de derivados no exterior representavam 7% do valor das exportações brasileiras, em 1952 esta participação já se elevava a 18%.

I. O QUE JÁ FÊZ A PETROBRAS

Até o final da década de 30 as atividades petrolíferas no Brasil resumiam-se à distribuição de derivados importados e a tentativas isoladas e sem maiores êxitos no terreno da pesquisa.

O período que vai de 1938 a 1953 se constitui no início de atividades substanciais no setor, com a criação do Conselho Nacional do Petróleo, que passou a atuar